

Vamos pensar o Exército?

Gen Ex R1 Paulo Cesar de Castro(*)

Pensar o Exército é uma das mais nobres iniciativas que podem tomar os responsáveis pelo preparo e emprego da Força. Para atendê-la, são exigidos dos comandantes, chefes e diretores, assim como de seus oficiais de estado-maior, estudo permanente das Ciências Militares, auto-aperfeiçoamento, reflexão, equilíbrio para compreender o presente, coragem moral para ultrapassar obstáculos de toda ordem, liderança firme para fazer o que tem que ser feito, criatividade para preparar o futuro, despojamento de idéias próprias preconcebidas, sabedoria para ouvir e disposição para levar a cabo aperfeiçoamentos que, efetivamente, revigorem e conduzam à eficácia nossa queridíssima Força Armada. Neste terreno não há lugar para improvisações, empirismo e senhores da verdade que tanto amam expressões como: “no meu tempo”, “eu acho que”, “esta idéia é ótima, mas não se aplica ao Brasil”.

Pensar o Exército implica reflexões sobre todos os temas que interferem no preparo e emprego da Força, entre os quais, mas não exclusivamente: doutrina e operações; ciência e tecnologia; comunicação social e inteligência; educação e cultura; economia e finanças; capacitação física e desportos; moral da tropa e apoio à Família Militar; relacionamento com a mídia; conquista e fortalecimento do apoio da população; armas, quadros, serviços, estrutura organizacional e gestão de recursos humanos; excelência gerencial, tradições, história, valores e crenças; política e relações internacionais. O espectro é amplo, desafiador e empolgante. É este o campo no qual o soldado vocacionado manifesta competência profissional, tanto operacional, quanto intelectual e administrativa. É esta a área na qual o homem das armas exhibe a magnitude do seu preparo militar. Esta é a zona de ação dos legítimos líderes militares.

O Exército Brasileiro viveu sua última experiência de combate nos campos de batalha da II Guerra Mundial, há muitos anos atrás. Contudo, acumula farta e recentíssima experiência em operações de manutenção da paz e de garantia da lei e da ordem. É experiente, também, em ações cívico-sociais e de defesa civil. Esta realidade reforça-me a convicção de que podemos e devemos formular doutrina e pensar o Exército a partir da experiência própria acumulada, ao tempo em que aprendemos com as vivências de outros exércitos a fim de depurá-las e de traduzi-las em evolução doutrinária e ensinamentos aplicáveis à solução do problema militar brasileiro.

Estes pensamentos estimularam-me a propor à reflexão dos líderes e pensadores militares algumas idéias recolhidas da *Military Review*, setembro-outubro de 2009. Pareceram-me relevantes. Serão mesmo? O leitor refletirá e concluirá.

Sobre liderança militar a nível tático, um coronel do Exército dos EUA¹ relatou sua experiência no Afeganistão². Dela destaco a ênfase emprestada, durante o adestramento, à disciplina, à ética e aos valores do Exército. Destaco, também, que os exercícios permitiram aos comandantes perceber “*que nem todas as decisões seriam corretas, mas que a indecisão seria sempre incapacitante*”. Destaco, ainda, que, durante as operações, foi necessário tomar decisões descentralizadas e, várias, “em cima da hora”. O autor valoriza a adaptabilidade, posto que foi necessário a todos, oficiais e sargentos, trabalhar como generalistas e fora de suas especialidades. Chega a registrar que “*o psicólogo da brigada era, antes de mais nada, um combatente confiável; ele e o capelão, também um combatente de primeira categoria, circulavam pela área de operações.*” Por último, um ensinamento que ratifica o que prescrevem documentos de ensino do Exército Brasileiro: “*o ambiente de contrainsurgência (mas não apenas este³) exige líderes flexíveis, ponderados e dinâmicos, que forneçam sempre soluções adaptáveis e oportunas, em vez de soluções perfeitas que tomem mais tempo*”. Será que esta máxima é aplicável aos ambientes de garantia da lei e da ordem e aos de operações de manutenção da paz? E ao exercício do comando, chefia e direção em tempo de paz?

A vida militar do General Eisenhower revela-se precioso estudo de caso sobre a preparação de líderes militares estratégicos⁴: “*as pessoas não nascem, mas se tornam líderes*”, opina o autor. Refletindo sobre a vida do General Eisenhower, deparei que ele criava e mantinha amizades duradouras; já cadete, escrevia e atirava muito bem; ainda cadete, gostava de Matemática e História, ao mesmo tempo em que brilhava como atleta de futebol americano e beisebol; absorveu lições essenciais de logística, ainda tenente; compreendia muito bem as questões disciplinares; leu com avidez obras sobre História, Tática e Estratégia; foi constantemente movimentado ao longo de sua carreira, nos EUA e no exterior, com o que absorveu experiência para avaliar, rapidamente, novas situações e, assim, decidir e agir com presteza. Da vida do Comandante Supremo aliado serão válidas essas e outras idéias para prepararmos os líderes de nossa Força? E para nos aprimorarmos como tal?

¹ - Coronel William B. Ostlund.

² - Lições de Liderança Tática Aprendidas no Afeganistão: Operação Enduring Freedom VIII.

³ - Observação do autor deste artigo.

⁴ - A Formação de um Líder: Dwight D. Eisenhower, do Coronel do Exército dos EUA Robert C. Carrol.

O Exército Brasileiro tem, em sua Brigada de Operações Especiais, um Destacamento acuradamente preparado para o combate a terroristas. Bem, do ponto de vista jurídico, como consideraremos tal adversário: soldados inimigos, com direito às leis de guerra? Cidadãos criminosos, com direito à ampla defesa e ao contraditório? A eles aplicar-se-ão as leis civis brasileiras, com todo o seu arsenal de recursos? Esse problema foi estudado em “Terroristas: Nem Soldados Nem Criminosos”, abordagem atual, criativa e inovadora. O autor⁵ propugna pela elaboração de legislação específica para aqueles aos quais denomina “combatentes civis”. Devemos ou não pensar sobre o tema? O Código Penal e o de Processo Penal são bastante? Manteremos o *status quo* aplicado aos civis que, organizada e ostensivamente armados, desafiam e enfrentam nossas Forças Auxiliares diariamente, em todo o País? São apenas criminosos civis comuns? E se nos enfrentarem?

No âmbito da legislação aplicável às operações militares, encontrei conceitos dos quais, confesso, nunca havia ouvido falar: *jus ad bellum*, vale dizer o direito aplicado aos motivos para entrar em guerra, que fundamentam a chamada Guerra Justa, segundo o modelo ocidental de pensamento; o *jus in bello*, que regula a conduta adequada durante a guerra. O autor defende a necessidade do *jus post bellum*, que se aplicaria após as operações, inclusive durante a fase da estabilização. Os EUA vivem esse desafio no Iraque e no Afeganistão, situação que se torna a cada dia mais complexa pela onipresença da mídia e suas exigências de transparência. Viveríamos algo parecido, hoje, no Haiti e nos países em que operam nossos observadores militares? Nossa tropa e homens isolados estão cobertos por adequada legislação?

Oficiais e praças que retornam do Haiti são unânimes em afirmar que a Minustah, motivo de tanto orgulho para nós, não resolverá, sozinha, o complexo problema daquela sofrida Nação amiga. É sabido que são impositivas medidas mais amplas e profundas que viabilizem o Haiti política, econômica, militar e psicossocialmente. São conhecidas inúmeras ONGs que lá atuam e fala-se de recursos vultosos de toda ordem alocados por diferentes países e instituições. Mas, apesar de tudo, é consenso haver incertezas quanto ao futuro e à viabilidade do País. Os EUA formularam e têm aplicado, juntamente com o governo eleito do Afeganistão, a “Estratégia de Desenvolvimento Nacional da República Islâmica do Afeganistão”. Com tal Estratégia, têm tido êxito na coordenação do trabalho interagências. A experiência seria aplicável ao caso haitiano? É possível e, neste caso, poder-se-ia convencer a ONU

⁵ - Amitai Etzioni, professor de Relações Internacionais da Universidade George Washington.

e ao governo eleito daquele País a trabalharem segundo modelo similar. Haverá outra solução melhor aplicável ao caso? Ou, mesmo sendo verdade, não é problema nosso? Nem da Nação brasileira?

Ao ler a Military Review mantive em mente o que chamo de “O Problema Militar Brasileiro”, para cuja solução julgo ser impositivo pensar o Exército, continuada e permanentemente. Assim, concito o leitor a refletir sobre os tópicos que propus à discussão. Estou seguro: o futuro do Exército será tão mais vitorioso e portentoso quanto mais profundo for o comprometimento físico, afetivo e cognitivo de seus líderes militares.

Vamos pensar o Exército?

*(*O autor é General de Exército da reserva do Exército Brasileiro.*